

**Mariana Cristina de Oliveira**

**"Com Amor, Simon": Um Diálogo entre Psicologia Escolar, Cinema e Diversidade  
Sexual na Escola**

**Uberlândia**

**2024**

**Mariana Cristina de Oliveira**

**"Com Amor, Simon": Um Diálogo entre Psicologia Escolar, Cinema e Diversidade  
Sexual na Escola**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Instituto de Psicologia da Universidade Federal de  
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do  
Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Maria Cintra da Silva

**Uberlândia**

**2024**

**Mariana Cristina de Oliveira**

**"Com Amor, Simon": Um Diálogo entre Psicologia Escolar, Cinema e Diversidade  
Sexual na Escola**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva

Banca Examinadora

Uberlândia, 26 de Abril de 2024

---

Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva (Orientadora)  
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

---

Ms. Bruno Corrêa Sartini (Examinador)  
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

---

Profa. Dra. Amora de Faria Silva (Examinadora)  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Uberaba, MG

**Uberlândia**

**2024**

## **Resumo**

Entre os diversos temas com que a Psicologia Escolar e Educacional pode contribuir para o cotidiano escolar, estão a sexualidade e a diversidade sexual. Logo, este trabalho pretende realizar uma aproximação entre o campo dos estudos da sexualidade e da Psicologia Escolar, juntamente com a possibilidade de utilização do cinema para mediar práticas sobre sexualidade no ambiente educacional. O objetivo é utilizar o filme “Com Amor, Simon” para a discussão sobre a diversidade de gênero e sexualidade na escola, realizando um diálogo com os saberes da Psicologia Escolar e Educacional. O filme aborda parte do processo de autoconhecimento do jovem Simon sobre a sua sexualidade e os modos como sua família e a escola lidam com a situação. Consideramos que o cinema é uma possibilidade diferenciada para o trabalho em Psicologia Escolar visando possibilitar outros modos de olhar para si, o/a outro/a e o mundo. Ademais, é necessário reiterar a necessidade e a importância da formação inicial e continuada de psicólogas/os/es no que se refere à temática discutida neste trabalho, juntamente com investimentos governamentais para a formação de educadores/as, para que jovens como Simon não passem por situações de violência, na escola ou na sociedade de modo geral.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar; Sexualidade; Diversidade Sexual; LGBTQIAP+

*Independentemente de nossa aparência, idade, sexo, gênero e raça  
merecemos ser amados e celebrados apenas pela nossa existência.*

Kim Hong Joong

## 1. Apresentação - Os Caminhos de um Trabalho de Conclusão de Curso

A educação como um direito de todas/os/es foi promulgada no Brasil no ano de 1988, sendo estabelecida como direito social de crianças, adolescentes e jovens e como dever da família, da sociedade e do Estado, juntamente com os direitos sociais “à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” pelo Art. 227 da Constituição Federal de 1988, "além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (Brasil, 1988/2023, p. 125). Igualmente, a Lei n.º 9.349/96, nomeada posteriormente como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), também coloca como direito de todas as pessoas a escolarização sem discriminação.

A escola é uma instituição de formação, constituição e aprendizado, mas também possibilita às crianças e às/aos jovens diversas formas de socialização em espaços fora do âmbito familiar e pode proporcionar um ambiente propício à interação comunitária de forma ampla. A partir desse novo ambiente de convívio, quebra-se a interação limitada dos sujeitos com seu núcleo familiar e se abre a possibilidade de inúmeras outras formas de interação e de aprendizagens com o outro que, por sua vez, permitirão a promoção de seu desenvolvimento.

Antes mesmo de ter entrado no curso de Psicologia, a escola sempre me foi um lugar muito caro. Cursei o Ensino Fundamental e o Ensino Médio em escolas públicas durante toda a minha vida e vivenciei esses espaços todo o tempo que podia, ocupando-os até mesmo em horários de contraturno utilizando o recinto da biblioteca para estudos e afins.

Passei a me interessar pela área da Psicologia Escolar e Educacional já nos primeiros períodos da graduação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por meio de uma disciplina denominada Psicologia da Aprendizagem I, que nos abriu a possibilidade de um momento para além da sala de aula e permitiu conhecer o espaço de uma escola, também pública, de Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Nessa experiência prática dentro de uma instituição escolar, foram realizadas algumas intervenções e dinâmicas com o auxílio da docente e passamos uma manhã com as professoras e crianças da escola, o que, com certeza, fez toda a diferença em minha trajetória como aluna e futura psicóloga.

Alguns períodos adiante, com as disciplinas de Psicologia da Aprendizagem II, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Escolar e Estágio Supervisionado Básico nesta área, fui me interessando em estar com crianças e jovens até que decidi cursar a ênfase em Psicologia Escolar e Educacional.

Em um de meus estágios profissionalizantes na ênfase supracitada, estive em uma escola estadual da cidade de Uberlândia (MG), onde recebi diversas demandas sobre sexualidade e questões que permeiam esta temática, o que me provocou a estudar e a querer me aprofundar nesse tema. Assim, depois de algum tempo, decidi me dedicar ao ambiente escolar e suas particularidades, escrevendo meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) focado em sexualidade e sua relação com a Psicologia Escolar.

Ao longo de minha graduação, pude estar em vários espaços e em várias instituições de ensino diferentes, acompanhando desde o Ensino Fundamental II (6<sup>os</sup> aos 9<sup>os</sup> anos), até mesmo o Ensino Médio e para além, tendo contato com alunos do pré-ENEM e pré-vestibular em duas instituições em Uberlândia. Em meio a atendimentos, grupos de conversa, dinâmicas e acolhimentos, a questão da sexualidade e as demandas relacionadas a ela estavam sempre presentes. Levando em consideração a faixa etária dessas/es estudantes e seu período de desenvolvimento, várias demandas pessoais e sociais surgem: algumas/ns se deparam com descobertas, outras/os com o impedimento de exercer suas sexualidades.

Destarte, estudos sobre a temática de gênero e sexualidade são de suma importância para a Psicologia, pois dizem respeito à própria constituição do sujeito e envolvem várias nuances objetivas e subjetivas (Beraldo, 2003; Bortolini, 2008). Logo, é de meu interesse contribuir com os estudos relacionados a essa temática, que se mostrou desde o começo do curso muito apaixonante e intrigante. O presente trabalho, desse modo, vai ao encontro dessas questões com a busca pelo aprofundamento de saberes na área de Psicologia e na temática de gênero e de sexualidade, com foco na adolescência/juventude.

Segundo Saviani (2003, p. 13), “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”, definição que reitera a importância da escola para a humanização do sujeito. Além disso, lembremo-nos de que no cotidiano das/os jovens, emergem valores, crenças e referências de grupos que constituem a identidade e o sentido de pertencimento social do indivíduo. Por isso, a escolha do contexto escolar e temáticas supracitadas para a escrita deste trabalho também se justificam pela sua função identitária. Na escola, os indivíduos se reconhecem e são reconhecidos pelos seus pares com base em semelhanças e diferenças, em interações carregadas de significados compartilhados; ademais, é um espaço privilegiado para promover a cultura e o respeito às diferenças, devido à pluralidade de sujeitos que convivem ali (Lima, 2019).

A partir do preâmbulo acima, o Objetivo deste trabalho é utilizar o filme “Com Amor, Simon” (Berlanti, 2018) para a discussão sobre a diversidade de gênero e sexualidade na escola,

realizando um diálogo com os saberes da Psicologia Escolar e Educacional. A utilização do cinema como um diferenciado recurso mediador (Santeiro & Barbosa, 2023) mostra-se bastante pertinente nessa proposta, pois, segundo Duarte (2002),

O homem do século XX jamais seria o que é se não tivesse entrado em contato com a imagem em movimento, independentemente da avaliação estética, política ou ideológica que se faça do que isso significa. [...] não apenas transformou a maneira como se dá a criação, mas, também, a maneira como os seres humanos percebem a realidade (p. 18).

O cinema pode ser empregado como uma ferramenta que abre muitas possibilidades de ressignificação, a partir do momento em que permite ao público captar a história assistida sob o seu próprio ponto de vista, em consonância com suas vivências individuais e experiências em coletivo, permitindo-lhe a possibilidade de modificações em seus modos de ver, pensar e sentir sobre a temática apresentada no filme (Santeiro & Barbosa, 2013).

Nesse sentido, discorrerei sobre a Psicologia Escolar e Educacional e as questões de gênero, sexualidade e diversidade no campo educativo e a utilização do filme supracitado como recurso para a discussão sobre essas temáticas na escola. Nas Considerações Finais, buscarei sintetizar o percurso apresentado neste trabalho e serão apresentadas algumas sugestões e possibilidades para práticas em Psicologia Escolar a partir do filme “Com amor, Simon”.

## **2. Psicologia Escolar e Educacional e as questões de gênero, sexualidade e diversidade - um breve panorama**

Acredito ser necessário, inicialmente, apresentar os conceitos de sexo, gênero e orientação sexual, pois são termos diferentes, com definições distintas. A noção de sexo está bastante relacionada a características anatômicas e fisiológicas que se fazem existentes em corpos de machos e fêmeas, marcada culturalmente pelo órgão sexual como definidor. Já o gênero tem a ver com aspectos sociais, culturais, sociais e psicológicos, e nos remete a como a pessoa se sente e se percebe, como gosta de se comportar, se vestir, entre outros aspectos. Podemos trazer, como exemplo, as pessoas cisgênero, que são aquelas que se identificam com o gênero que lhe fora determinado ao nascer, e as pessoas transgêneros, que não se identificam com o gênero que foi estabelecido no momento de seu nascimento.



Já a orientação sexual diz sobre a atração e a escolha de parceiras/os/es sexuais, representando como o indivíduo se sente atraído sexual e/ou afetivamente a outros sujeitos. Dentre as orientações sexuais, temos uma gama de possibilidades. Pessoas que se sentem atraídas afetiva e/ou sexualmente por um outro do mesmo gênero são comumente denominadas por homossexuais; já indivíduos que se sentem atraídos por outras do gênero oposto, são denominadas heterossexuais (Silva & Rasera, 2016). Temos também quem se sintam atraído por pessoas do gênero oposto e do mesmo gênero, que são denominadas de bissexuais ou pansexuais, até mesmo existindo pessoas que não sentem atração sexual e/ou afetiva por outras, sendo estas denominadas assexuais e/ou aromânticas.

A sexualidade não necessariamente tem a ver com o sexo ou o gênero. Podemos citar, seguindo o pensamento de Louro (2000), que a sexualidade não é algo inerente ao ser humano, nem nos é dado naturalmente, sendo um processo que envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, e são construídas, estabelecidas e definidas social e culturalmente.

A sexualidade é uma temática que se faz presente em todas as fases de vida de um indivíduo, manifestando-se de formas distintas, de acordo não apenas com o momento de seu desenvolvimento, mas também em função dos aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos, o que nos traz uma urgência em se trabalhar e integrar outras compreensões à sociedade acerca deste tema, para além do aspecto anatomofisiológico. Nessa perspectiva, entende-se que a sexualidade faz parte da experiência cotidiana de todos os indivíduos e, embora muitas vezes velada pela sociedade, não se pode ignorá-la.

De acordo com Trevisan (2018), a partir dos anos finais do século XX, em momentos de crises da sociedade capitalista, são criados sempre “bodes expiatórios”, inimigos comuns, que são agrupamentos elegidos como responsáveis pela crise moral, econômica e social. Mundialmente, com o surgimento do cristianismo, surge uma nova moral a partir da ideia do “pecado carnal”, consolidada por Santo Agostinho de Hipona. Logo, as manifestações da sexualidade sofreram uma grande transformação, e entra em cena uma nova ética sexual caracterizada, a princípio, pela monogamia heterossexual, com questões como castidade, desvalorização do corpo e da mulher, a recusa do prazer e o sexo tendo como único fim a reprodução, havendo condenação a comportamentos que fugiam da moral cristã (Carrara, 2015). Assim, a Igreja Católica passou a impor punições severas, até mesmo prisões e execuções, àquelas/es que desafiavam os seus ensinamentos, incluindo homossexuais, que estavam em dissonância com sexualidade tida como adequada.

As religiões judaico-cristãs, desse modo, exerceram uma forte influência na cultura ocidental, formando preconceitos com base no Antigo Testamento, que serviu como um guia

para estabelecer conceitos e padrões culturais de modo geral e, mais especificamente, sobre as formas de se performar a sexualidade na realidade social e privada.

A partir do movimento intelectual do Iluminismo, que ganhou força no continente europeu no século XVIII, explicações racionais passam a ter mais influência que os dogmas da Igreja Católica, instituição de maior influência até então. O racionalismo e a empiria passam a ter mais destaque no pensamento social, o que proporciona o desenvolvimento das áreas da saúde e das ciências naturais que, juntamente ao pensamento racionalista, passará a definir as questões morais que irão reger a sociedade dali em diante.

Logo, surge a doutrina higienista e a psiquiatria médica, que utilizaram os saberes das ciências naturais e da saúde como justificativa para intolerâncias a partir do enquadramento ou não enquadramento dos sujeitos em uma "normalidade" dita universal e pela modificação do discurso anterior de "pecados" para "transtornos", "doença" e "insanidade". É fundamental recordar que os saberes da Psicologia também foram utilizados como fundamento científico do movimento higienista e base científica da higiene mental (Mansanera & Silva, 2000).

A homossexualidade foi incluída na lista do Código Internacional de Doenças (CID), uma das ferramentas epidemiológica presentes no cotidiano médico, como uma subcategoria de "Desvio Sexual", na categoria de "Personalidade Patológica", mundialmente, a partir do ano de 1948, sendo retirada apenas em 1990. A Associação Americana de Psicanálise (APsA) retirou a homossexualidade de sua lista de transtornos mentais em 1973, e a Associação Americana de Psicologia em 1975 (Furlanetto, Marin, & Gonçalves, 2019).

De acordo com Silva e Souza (2017), o discurso patologizante organizado pela medicalização e ordenamento da sexualidade do século XIX teve como efeito colateral a reação de grupos *queer*, que começam a se articular em luta pelo direito à sua identidade e à construção de políticas públicas voltadas a essa população. Essa movimentação social aconteceu na Europa e nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX, mantendo-se sólida e transcendendo a virada do milênio para o século XXI.

O exemplo mais notório da mobilização *queer* no século XX foram os protestos de *Stonewall Inn*, nome de um famoso bar nova-iorquino frequentado por LGBTQIA+ nos Estados Unidos. O estopim da revolta foram as constantes abordagens violentas por parte dos oficiais de polícia direcionadas a essa população. No dia 28 de junho de 1969, um conflito entre clientes e policiais no bar de Stonewall foi estabelecido como o marco zero dos protestos contra a perseguição de pessoas *queer* (Silva & Souza, 2017). Importante delinear essa data como indispensável à análise da desconstrução do "homossexualismo" como uma degeneração, por ser um evento emblemático reconhecido internacionalmente como o nascimento do movimento

LGBTQIA+ organizado. Sem tal iniciativa de formar frentes contra a homofobia, é possível que a discussão de despatologização não tivesse sido provocada.

De 1920 em diante, a escola começa a ser um espaço de “intervenção preventiva da medicina higiênica, devendo-se cuidar da sexualidade de crianças, adolescentes e jovens no intuito de produzir comportamentos tidos como "normais". De acordo com Abreu & Inácio Filho, (2014), durante a ditadura militar, houve um também uma convocação para além das escolas, para o cumprimento de deveres cívicos e patrióticos, juntamente com a tentativa de enquadrar o comportamento das pessoas dentro de um padrão social, que estava sendo construído pelo Estado. Após a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documentos norteadores e orientadores dos trabalhos de profissionais da área da educação, em 1997, tem-se um volume que aborda a Orientação e Educação Sexual, indo além dos critérios de higiene e saúde (Cassiavillani & Albrecht, 2022).

No Brasil, a mobilização LGBTQIA+ começa nos anos 1970, durante a ditadura militar, com o surgimento de coletivos de militância política a favor da liberação moral e sexual, como também o movimento contra a visão da homossexualidade como uma doença. O grupo SOMOS, em conjunto com o periódico O Lampião, são importantes representantes da primeira onda da militância brasileira nesse cenário, com abordagem mais voltada à política e a resistência à ditadura, mesmo que nos últimos instantes do regime (Silva & Souza, 2017).

As primeiras gestões do Conselho Federal de Psicologia (CFP) se posicionaram como politicamente neutras e adotaram uma postura corporativista na época, em meados de 1970, abstendo-se de ter uma crítica ao regime ditatorial vigente. Porém, com o início da abertura política no país, por volta de 1980, os movimentos de esquerda começaram a ocupar o espaço público, introduzindo pautas políticas sobre ética e direitos humanos inéditas no CFP. Os Conselhos e Sindicatos de Psicologia passam a partir de então, a sustentar um posicionamento político pela democratização do país e contra opressões. (Aragusuku & Lee, 2020).

Em 23 de março de 1999, o Conselho Federal de Psicologia do Brasil resolve, pela resolução 01/1999, nos artigos III e IV, que as/os psicólogas/os “não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos” não-solicitados, como também poderão “colaborar com eventos e serviços que proponham tratamento e cura” às homossexualidades (CFP, 2005, p. 2). É necessário salientar também as resoluções CFP nº 01/2018 e nº 08/2020, que estabeleceram normas de atuação para psicólogas/os/es em relação às pessoas travestis e transexuais e normas de exercício profissional para a Psicologia relativas às violências de gênero, assim respectivamente (Ribeiro, Alexandrino, & Urt, 2023). No ano

de 2022, o Conselho também publicou uma normativa que trata da conduta profissional quanto às bissexualidades e demais orientações não monossexuais, a Resolução nº08/2022.

Nacionalmente, a partir do século XIX, a sexualidade ganha visibilidade no espaço nas políticas públicas e passa a ser abordada nas instituições escolares e em diversos núcleos familiares, mesmo ainda sendo um tema considerado como tabu pela sociedade em nível individual e coletivo (Camargo & Ribeiro, 1999). De acordo com Dinis e Asinelli-Luz (2007), no ano de 1980, chega às instituições escolares e a seus educadores uma importante demanda: a discussão de temas a respeito de sexualidade, devido ao surto da Síndrome da Insuficiência Imunoadquirida (AIDS) na sociedade e seu perigo às/aos jovens, como também ao crescimento das taxas de natalidade entre jovens menores de 18 anos.

A partir do primeiro mandato do governo do presidente Lula, em 2002, novas políticas públicas são implementadas no Brasil, e pautas sobre diversidade ganham mais destaque. Em relação à educação sexual, diversos documentos foram publicados a partir de 2004 e, como ilustração, destaca-se em 2004 o "Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual", possuindo como principais objetivos a capacitação de profissionais para atuar nos direitos humanos, o inventivo à denúncia perante violações de direitos, e o apoio ao fortalecimento de instituições que trabalham no combate à homofobia (Brasil, 2004).

Em contrapartida, ainda no Brasil, desde o ano de 2014 se observa a ascensão de uma onda conservadora, que dentre outras fatalidades, culminou em um golpe de Estado em 2016, retirando a presidenta Dilma Rousseff de seu cargo como chefe do Executivo em nível federal. Também em 2016 foram retiradas do Plano Nacional de Educação (PNE), via Projeto de Lei nº 8.035/2010, as temáticas educativas de identidade de gênero e sexualidade, que computa mais um dentre os inúmeros retrocessos em relação a leis, portarias, e políticas públicas favoráveis à cidadania e existência LGBTQIA+ no Brasil.

A partir do golpe político de 2016, observa-se a bancada evangélica no legislativo, como também diversos/as políticos/as, realizando uma espécie de "ativismo religioso". Do mesmo modo, trabalham com a criação e defesa de pautas de cunho autoritário, a criação e propagação frequente de *fake news* (notícias falsas), no intuito de gerar um pânico moral na população a partir da justificativa da existência de uma "ideologia de gênero", que teria como um de seus propósitos trazer a homossexualidade aos jovens e às crianças de todo o Brasil (Ribeiro, 2021).

Junto com esse movimento conservador da Igreja por toda a América Latina, também temos a frequente reafirmação das diferenças e pluralidades como uma ameaça, negação dos

direitos sexuais e reprodutivos e a colocação de suas crenças pessoais à frente do cuidado com a população, do zelo à cidadania e nenhum respeito aos direitos humanos (Silva, 2016).

Em geral, a estratégia que tais políticos visavam ao usar esses recursos era a conquista dos votos de uma parcela do eleitorado que ainda estava dividida entre a ignorância, a desinformação e/ou a defesa de uma agenda conservadora com inclinações religiosas, morais e reacionárias. Este conservadorismo que se explicitou no país acabou desencadeando a eleição de um presidente de extrema-direita com uma pauta profundamente moralista, que reprimia e caçoava de todas as minorias existentes, sendo elas étnicas, raciais, sociais e sexuais. É importante ressaltar que se utilizar de argumentos judaico-cristãos para tomar decisões políticas torna-se um risco quando entendemos que a democracia do Brasil se pauta numa constituição laica, o que supostamente deveria impedir que a Igreja e ideologias de cunho religioso interferissem nas decisões do Estado e vice-versa, isso significa que a escola, enquanto instituição pública, também tem o dever de ser laica.

Até mesmo no CFP, no ano de 2019, houve grupos conservadores que pretendiam regulamentar a "cura gay" - conhecido como uma forma de tratamento "corretivo" para pessoas LGBTQIA+ -, concorrendo à direção do órgão de orientação, regulamentação e fiscalização profissional da/o psicóloga/o, chapa esta com o nome de "Psicólogos Em Ação" (Ribeiro, 2021).

O relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), do ano de 2015, entrevistou adolescentes e jovens LGBTs e constatou que 68% deles foram vítimas de agressão verbal na escola devido à sua identidade ou expressão de gênero, 25% foram agredidos fisicamente por esses mesmos motivos e 56% sofreram alguma forma de assédio sexual na escola (Reis, 2017).

Em outra pesquisa, do ano de 2019, 36% dos/das participantes consideraram como ineficaz a resposta dos/das profissionais para impedir as agressões no ambiente escolar, e 39% afirmaram que nenhum membro da família conversou com algum membro da equipe de profissionais da escola quando o/a estudante sofreu alguma forma de agressão ou de violência devido à sua expressão de sexualidade não-heteronormativa (Santana, 2016).

Dados mais recentes, do ano de 2022, mostram que 273 pessoas LGBTs morreram de forma violenta no Brasil, sendo 228 assassinatos, 30 suicídios e 15 mortes por outras causas. É importante também nos atentarmos para a subnotificação existente nesses dados, e até mesmo a falta de pesquisas e censos a respeito destas minorias sociais, já que durante a produção do presente trabalho não foi possível encontrar algum dado específico mais atual a respeito de pessoas LGBTs no contexto educacional (Coutinho, Bittencourt, & Larrat, 2022).

Levando em consideração o número de violências em decorrência da LGBTfobia, devemos trazer a discussão para as salas de aula no intuito de evitar estereótipos e preconceitos a respeito dessa comunidade tão diversa, visando o combate do discurso segregador institucionalizado também no ambiente escolar, que pode culminar em malefícios para o desenvolvimento e saúde mental dos indivíduos, dentre outros prejuízos graves.

Dados como os apresentados se manifestam nos cenários político, social e acadêmico do país. É possível confirmar este ponto quando percebemos que a Resolução 01/1999 dialoga com várias outras regulamentações, e pode ser considerada uma espécie de teia criada para a proteção da comunidade, e quando uma parte desta é questionada, toda a rede corre risco de ceder.

Nesse cenário, pode-se remontar ao período de promulgação da Constituição Federal de 1988, em que parlamentares da bancada religiosa vetaram a inclusão da proibição da discriminação por orientação sexual no artigo 5º da Constituição, fato que já pontuava, naquela época, as dificuldades de avanço dos direitos das pessoas LGBT na política brasileira. Apenas no ano de 2023 é que o Supremo Tribunal Federal (STF) enquadra as condutas homofóbicas e transfóbicas na tipificação da Lei do Racismo, projeto que tramitava desde 2012 e 2013. (CFP, 2019)

Ao abordarmos crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, levamos em consideração a saúde como um direito de todas/os/es, logo, a saúde sexual também está (ou deveria) estar incluída nessa importante discussão. Portanto, trabalhar gênero e sexualidade no espaço escolar também

ajuda os jovens a se tornarem mais responsáveis em suas atitudes e comportamentos em relação à saúde sexual e reprodutiva. Depois do ambiente familiar, é a escola que complementa a educação sexual, tendo uma imensa responsabilidade na formação afetiva e emocional de seus alunos. (Beraldo, 2003, p. 103).

A instituição escolar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano, conforme destacado por autores como Saviani (2003) e Vigotski (Vigotskii, 1988). Nessa perspectiva,

[...] a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo

de processos de desenvolvimento e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não-naturais, mas formadas historicamente. (Vigotskii, 1988, p. 115).

O processo de escolarização é imprescindível para a apropriação de conhecimentos culturais e científicos, para o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores, também da personalidade, e, no caso da discussão colocada por este TCC, para conteúdos relacionados à sexualidade. Porém, esse processo de aprendizagem e desenvolvimento no ambiente educacional não é linear, pois é permeado por contradições, conflitos e tensões (Ribeiro & Cruz, 2016), já que uma sociedade fundamentada no conservadorismo e com forte presença de uma ideologia religiosa impede que se fale sobre gênero e questões da sexualidade na escola.

Nesse sentido, Louro (2000) afirma que a sexualidade sempre foi um tema considerado privado, que só deve ser abordado com pessoas muito íntimas, e de forma bem reservada, sendo considerada um assunto pessoal e de ordem estritamente particular, da mesma forma que deve algo a ser tratado apenas ao atingir a maturidade sexual adulta e

Podemos considerar também que existe uma barreira entre pais, mães e filhas/os atrapalhando a abordagem desse tema em casa, sendo considerado "constrangedor conversar sobre sexo com seus filhos" (Beraldo, 2003, p. 103). Desse modo, regularmente as dúvidas que vão surgindo ao longo do desenvolvimento sobre gênero e sexualidade ficam sem resposta, podendo acarretar em "conflitos ou acidentes inesperados, por [as/os filhas/os] terem informações errôneas ao consultar variadas fontes impróprias" e, como ponderado por Castro e Silva (2002), "se desejamos oferecer educação integral ao aluno, como um direito que lhe cabe como ser humano, temos que reconhecer e atender as questões da sua sexualidade, que é parte da sua humanidade" (p. 31), permitindo expressões de dúvidas, preferências e modos de ser e existir.

No próximo item, buscarei abordar a área da Psicologia Escolar e Educacional e seu papel em relação às questões de gênero e sexualidade nas instituições educacionais.

## **A Psicologia Escolar e Educacional**

As relações entre Psicologia e Educação vêm de longa data; segundo Barbosa e Souza (2012, p. 166), “No Brasil, desde a chegada dos jesuítas e da instituição de um projeto de Educação no país, pode se verificar o uso de conhecimentos, saberes ou ideias psicológicas em interação com processos educativos”. Nessa perspectiva, segundo Pfromm Netto (1996), os primórdios da Psicologia no Brasil estiveram relacionados à psicometria, à educação especial e à formação de professoras/es. Assim, a Psicologia foi chamada a auxiliar na compreensão e nas explicações sobre as razões pelas quais as crianças das camadas populares fracassavam na escola; entretanto, essas explicações recaíram, inicialmente, sobre as/os alunas/os, responsabilizando-as/os de modo individual pelo seu não aprender.

Até meados do século XX, o papel da/o psicóloga/o foi embasado principalmente em abordagens adaptacionistas e individualizantes da Psicologia, influenciadas pelo modelo médico de intervenção, que enfatizava a adaptação dos indivíduos ao ambiente, omitindo suas histórias de vida, singularidades e toda a conjuntura, social, econômica, política e histórica (Meira, 2000).

A partir de 1970, houve um aumento no número de psicólogas/os aptas/os a trabalhar na Psicologia Escolar, embora tais profissionais ainda estivessem em menor número no mercado de trabalho (Marinho-Araújo & Almeida, 2005). A partir dessa mesma década, em função dos movimentos sociais frutos do descontentamento da população e de diversas categorias profissionais com a ditadura, no campo da Psicologia surgiram críticas e uma revisão de certos fundamentos epistemológicos, levando-a de uma abordagem de culpabilização da/o aluna/o pelo fracasso escolar em uma esfera individualista para uma perspectiva que incorporava as relações complexas entre o indivíduo e a sociedade, procurando entender a realidade como sendo constituída por múltiplos fatores (Meira, 2000).<sup>1</sup>

Sobre o trabalho da/o Psicóloga/o no contexto escolar, sua função é entendida para além de uma transmissão de informações a respeito de temáticas acerca dos processos de aprendizagem e desenvolvimento; porém, muitas escolas **ainda** não possuem um profissional da área. Com a implementação da Lei 13.935/19, que prevê a presença de psicólogas/os e assistentes sociais na rede pública de ensino, esse cenário tem se alterado, mas ainda está longe de ser uma realidade nacional. Logo, acaba-se repassando a função de refletir e orientar sobre sexualidade para outro profissional, na maioria dos casos, este sendo despreparado para tal função (Nery, 2015). Há também o viés liberal e retrógrado de que a escola deve apenas focar

---

<sup>1</sup> Para maior aprofundamento sobre a temática, indico a leitura de Barbosa e Souza (2012), Prates (2015) e Firbida e Vasconcelos (2018).



na formação técnico-profissional da/o estudante e capacitar o indivíduo para o mercado de trabalho, ao invés de abordar questões sociais em sala de aula e educar para a participação ativa na sociedade.

É importante refletir sobre os constrangimentos sofridos por crianças, adolescentes e jovens que não estão em conformidade com a norma cisheteronormativa, que contribui para sofrimentos psíquicos diversos e evasão escolar, também resultante da exclusão que sofrem em tais ambientes. Consequentemente, isso pode gerar despreparo técnico e profissional, maior discriminação no trabalho e violências sociais e institucionais das pessoas que fazem parte desses grupos vítimas de preconceito (Bortolini, 2008; Junqueira, 2009).

De modo muito recorrente nas escolas, alguns/mas alunos/as procuram educadoras/es com quem possuem uma boa relação, diretores/as, e até mesmo outras pessoas envolvidas no ambiente escolar em que confiam para relatar vivências violentas e que causam sofrimento psíquico e emocional. Assim posto, mostra-se como necessário oferecer espaço e condições de desenvolvimento para crianças e jovens, permitindo expressões de dúvidas e de outros modos de ser e estar no mundo, favorecendo a exploração das diversas possibilidades de existência, já que estas experiências são parte do desenvolvimento humano.

Seria imprescindível que a/o profissional da Psicologia Escolar tivesse momentos estabelecidos pela instituição para trabalhar também questões da sexualidade, do corpo constituído pelas dimensões biológica, cultural, política e social de forma ampla e aberta, por meio de dinâmicas e discussões, levando alunas/os, docentes, gestoras/es, demais servidoras/es e familiares a reflexões sobre o tema, por meio do diálogo com suas visões e compreensões dos contextos em que vivem ou situações presenciadas no cotidiano. A escola, como uma importante instituição sociocultural e potente para a convivência, mostra-se um espaço de expressão das/os alunas/os e de circulação das diferenças, juntamente com a possibilidade de convivência entre estas diferenças e onde muitos questionamentos sobre orientação sexual e sexualidade, se não começam a emergir lá, certamente transitarão por ali.

Nesse sentido, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem se dedicado a cuidar dessas questões junto a psicólogas e psicólogos por meio de alguns documentos orientadores, buscando sempre respeitar a diversidade humana. No artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo é explicitada a proibição de indução “a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais” (CFP, 2005, p. 9). Ou seja, é essencial e mais do que necessária uma perspectiva crítica em relação à temática para o bom exercício da profissão de

psicóloga/o. A Resolução 01/1999, citada anteriormente, “Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual” (CFP, 1999, /p.).

Em 2017, o CFP publicou a seguinte nota:

O que é a Resolução 01/99?

A cada 25 horas um (a) brasileiro (a) é barbaramente assassinado (a) vítima da “LGBTfobia” (Relatório de 2016 do Grupo Gay da Bahia). Essa realidade violenta, que coloca o Brasil na liderança mundial de crimes contra minorias sexuais, demonstra o quanto o país ainda precisa avançar na defesa da garantia dos direitos de cidadania àqueles (as) que têm orientações sexuais e identidades de gênero fora dos padrões heteronormativos.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem historicamente se posicionado em defesa dos direitos LGBT. Há 18 anos, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) formalizou por meio da Resolução nº 01/1999 o entendimento de que para a Psicologia a sexualidade faz parte da identidade de cada sujeito e, por isso, práticas homossexuais não constituem doença, distúrbio ou perversão.

Desde então, o CFP tem promovido diversas ações nas áreas de comunicação e jurídicas relacionadas à defesa dos direitos LGBT e à conscientização, especialmente para os profissionais de saúde, de que as homossexualidades e as expressões trans não podem ser tratadas como patologias.

Este ano, para marcar o Dia Internacional do Orgulho LGBT, celebrado em 28 de junho em diversos países, o Conselho Federal de Psicologia lançou a campanha “A Psicologia respeita a diferença – Dia do Orgulho LGBT”.<sup>2</sup>

Em 2023 o CFP lançou as “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+”, concebidas na esfera do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública (CREPOP) a partir do diálogo entre essa categoria profissional e o Sistema Conselhos de Psicologia – formado pelo CFP e pelo Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs). É mais um importante documento que vem se somar a essa luta em prol do respeito à diversidade humana em nossa sociedade e nas práticas em Psicologia.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [Resolução 01/99 - Psicologia e práticas de reversão sexual | CFP](#). Acesso em 14. abr. 2024.

Pensando, então, no trabalho sobre as temáticas de gênero e sexualidade com adolescentes e jovens no contexto escolar, este TCC busca compreender como desenvolver tal prática de uma forma coerente e inclusiva em um cenário material, político, econômico e social heteronormativo. Desse modo, veremos uma possibilidade de intervenção da Psicologia Escolar mediada pelo cinema, com a utilização do filme “Com Amor, Simon” (Berlanti, 2018).

### **3. “Com Amor, Simon”: Uma Possibilidade de Mediação para a Psicologia Escolar e Educacional**

“Com Amor, Simon” (Berlanti, 2018), lançado no ano de 2018, foi o primeiro filme com protagonista *gay* adaptado por um estúdio popular (*20th Century Fox*), resultado da adaptação cinematográfica do livro “Simon vs. A Agenda Homo Sapiens”, publicado por Becky Albertalli (2015), escritora e psicóloga estadunidense que dedicou boa parte de sua carreira ao trabalho com jovens LGBTQIA+.

Entendo que a seguinte proposta de intervenção possa conter elementos importantes para o desenvolvimento crítico da/o psicóloga/o em relação ao tema, além de ser uma ferramenta potente e possível de uso com jovens a partir dos 12 anos, como sugere a classificação indicativa do filme escolhido. O uso do filme ficaria a critério do/a professor/a da forma que melhor lhe convier, podendo ser exibido em sala de aula ou indicado para que as/os estudantes assistam-no fora do ambiente escolar, com o intuito de discussão posterior.<sup>3</sup>

No filme, Simon é um garoto de 17 anos, filho mais velho de uma família composta por uma mãe, um pai e uma irmã mais nova. Ele frequenta o Ensino Médio em uma típica escola estadunidense no subúrbio de Atlanta. Vemos as clássicas “panelinhas” formadas no ambiente escolar: o time de futebol americano, o grupo de *cheerleaders*, as patricinhas, a figura do diretor da escola sendo apresentado como um bobalhão etc. Guardadas as devidas diferenças com o contexto cultural brasileiro, apesar de ser um típico filme hollywoodiano, foi aqui escolhido por abordar um tema delicado: a manifestação da homossexualidade na adolescência, como pela facilidade de acesso para ser apresentado em escolas.

Simon é *gay*, mas ainda não revelou essa informação para a sua família. Ele começa a se comunicar por *e-mail*, de modo bastante íntimo, por meio do pseudônimo "Jacques", com

---

<sup>3</sup> Outros possíveis recursos artísticos de serem utilizados para o trabalho da sexualidade são: Hoje eu quero voltar sozinho (2014), Valentina (2020), Alice Junior (2019), Tomboy (2012), e Moonlight (2017).

outro aluno *gay* da escola, cujo pseudônimo é "Blue". Os *e-mails* são acidentalmente descobertos por outro estudante, que passa a chantagear Simon com o segredo.

Martin, o aluno que descobriu os *e-mails* de Simon, acaba expondo as conversas em um blog e toda a escola acaba descobrindo sobre a homossexualidade de Simon, o que resulta em uma atitude violenta de outros alunos com "brincadeiras" e violência verbal contra Simon e um terceiro aluno *gay* da escola, Ethan, já assumido. Durante o intervalo, colegas ligam um aparelho de som, sobem em uma mesa do refeitório, e começam a "revelar" o relacionamento de Simon com Ethan, que logo à frente descobrimos não ser "Blue". Uma professora da escola interrompe o episódio, mandando os estudantes que começaram tal "brincadeira" para a diretoria e, em seguida, ocorre uma cena em que Simon e Ethan, também *gay* e "assumido", estão conversando com o diretor que, ao tentar ajudar e dizer coisas reconfortantes a ambos que sofreram violência, acaba agindo como um "bobalhão" e não promovendo compreensão, escuta e acolhimento aos alunos, como deveria ser sua função em tal ocorrência.

Em relação a esta obra cinematográfica, o ambiente educacional desempenha um papel significativo, mostrando como a cultura estudantil pode ser tanto inclusiva quanto discriminatória em relação à diversidade sexual. Simon e seus amigos enfrentam situações de *bullying* e preconceito, além do desafio de encontrar sua própria identidade em um ambiente que muitas vezes se demonstra hostil para a diversidade de expressões e existências.

Ao me voltar às minhas práticas e vivências nos estágios em Psicologia Escolar, recordo-me de casos parecidos com o retratado no filme, em que pude ouvir alunas/os que demonstravam inquietação em relação à sua sexualidade. Certa vez, em uma escola de ensino fundamental e médio, tive a oportunidade de acolher um aluno junto à psicóloga da escola. Arthur (nome fictício) nos contou sua preocupação: seu amigo estava ameaçando-o a "revelar" sua sexualidade aos seus colegas de sala, situação bastante semelhante à do filme. Uma vez que Guilherme (nome fictício) tinha sido "retirado do armário" à força por alguns colegas, Arthur também deveria ter sua sexualidade exposta compulsoriamente. Com o desenvolver da conversa, passamos a entender que Guilherme, já vítima de homofobia pelos seus colegas, estava insatisfeito com o fato de Arthur ser também bissexual, mas ainda não ter sido reprimido pela sua orientação, logo, também deveria passar por constrangimentos, assim como Guilherme passou.

Dentre diversos casos que acompanhei no estágio, grande parte tinha como principal queixa a não-aceitação e a imposição de castigos pelos pais aos descobrirem a sexualidade não-heteronormativa de suas/seus filhas/s/os/es. No entanto, um caso mais recente e mais explícito, que me tocou de forma intensa, foi vivenciado em uma sala com dois alunos de 15/16 anos. No

retorno do intervalo, dois alunos sentados em suas carteiras se encontravam em uma discussão verbal bem agressiva. Ao direcionar minha atenção, consigo ouvir a frase: "E você que é um *viadinho*?". Ao ouvir o termo "*viadinho*", interrompo a briga e peço para pararem de discutir, tendo como resposta de um dos alunos: "Mas ele me ofendeu primeiro". Posteriormente, ambos foram chamados para uma conversa de orientação junto a seus responsáveis, e foi realizada uma reunião com psicólogos para acolhimento das vítimas.

Em ambos os casos, temos a homossexualidade expressa vista como algo errado, ou até mesmo vista como uma forma de ofensa, um xingamento, algo que está sempre ligado ao sofrimento quando assumida, extremamente conectado a preconceitos e à ideia de que pessoas não-heterossexuais são socialmente inferiores. Ideias como essas supracitadas são construídas culturalmente e socialmente reafirmadas, o que complexifica o trabalho com elas.

O filme "Com Amor, Simon" (Berlanti, 2018), dentre outras obras cinematográficas, pode contribuir para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem escolar; para promover uma experiência educativa mais dinâmica, envolvente e lúdica; para introduzir ou contextualizar um determinado assunto ou tema; até mesmo para desenvolver a empatia e a compreensão sobre a diversidade, ao passo que as/os alunas/os podem se identificar com as vivências e emoções dos personagens. Como já exposto por Santeiro (2013), o cinema, sendo um produto cultural humano, possui o potencial de reproduzir a realidade sem grandes atravessamentos subjetivos<sup>4</sup> para quem assiste ao filme, mas também pode ser amplificador desse real, dependendo de quem o assiste e, levando em consideração os tempos de precariedade cultural e de escolarização formal atuais, a cultura é um potencial de saúde mental.

O papel da/o psicóloga/o no contexto escolar vai muito além do simples fornecimento de informações sobre a sexualidade. Muitas escolas não contam com uma/a profissional da área, o que resulta na atribuição dessa função a outros profissionais, frequentemente despreparadas/os para tal demanda. Seria ideal que as/os psicólogas/os tivessem momentos específicos para abordar questões que vão desde o afeto até a expressão de sexualidade, considerando o corpo tanto como uma função biológica como também uma construção social, histórica, política e econômica (Louro, 2000). Isso deveria ser feito de forma ampla e aberta, por meio de diferentes dinâmicas e discussões, incentivando as/os alunas/os a refletirem sobre o tema e relacionando-o às suas experiências nos contextos em que vivem.

---

<sup>4</sup> Como o cinema é uma representação da realidade, a vivência promovida pelos filmes pode possibilitar elaborações e superações de questões relacionadas à vida, a si mesma/o e a outras pessoas.

A ausência de preparo das/os docentes na abordagem de questões relacionadas à sexualidade pode resultar em situações em que elas/es recorrem às suas próprias convicções morais e políticas, pois não receberam formação adequada sobre o tema. Isso frequentemente leva ao silenciamento ou à tentativa de ajustar os comportamentos dos alunos (Barbieri, 2016), promovendo situações de preconceito, já que culturalmente seguimos a tendência de patologizar subjetividades que fogem dos padrões esperados, das "normas" socialmente constituídas. Todavia, como nos recorda Negreiros (2023), o cenário político nacional entre 2017 e 2022 dificultou toda e qualquer produção, discussão e disseminação de conhecimento, especialmente no que tange à comunidade LGBTQIA+; além disto, há também uma escassez de estudos sobre sexualidade e gênero em interface com a Psicologia Escolar e Educacional.

Considerando tal escassez de estudos apontada por Negreiros (2023), podemos pensar que a utilização de filmes sobre essa temática, pela Psicologia Escolar, pode contribuir para o planejamento e realização de propostas para a formação continuada de educadoras/es, gestoras/es e agentes escolares, no intuito de não propagar tais preconceitos - considerados fenômenos de ordem psicológica que, no entanto, necessitam ter suas gêneses investigadas no processo de socialização e combatida em várias instâncias, não apenas no âmbito individual, mas especialmente na instituição escolar (Lima, 2019, p. 26).

A Psicologia Escolar pode desempenhar um papel crucial na "descoberta"/constituição da sexualidade de jovens (e também adultas/os), oferecendo suporte emocional, orientação e devidos encaminhamentos; proporcionar um ambiente seguro e acolhedor onde as/os jovens se sintam à vontade para explorar seus sentimentos, dúvidas e perguntas a respeito da temática; oferecer a possibilidade de aconselhamentos individualizados, permitindo que as/os jovens discutam suas experiências e preocupações de uma maneira confidencial e sem julgamentos; o fornecimento de informações precisas e não baseadas no senso comum sobre sexualidade e saúde sexual, ajudando-as/os a entender os aspectos biológicos, psicológicos, culturais e sociais de sua sexualidade e, ainda, mediar a comunicação entre as/os jovens e seus familiares.

Temáticas que abordam os direitos humanos, direitos sexuais e políticas públicas precisam ser temas amplamente discutidos na formação em Psicologia. Estes temas são imprescindíveis para a formação integral e crítica do/a profissional; logo, acredito ser necessário o aumento de estudos e reflexões durante os cursos de graduação sobre as temáticas de gênero e sexualidades, para que possamos auxiliar tanto no processo de descoberta destes sujeitos quanto para a não-propagação e combate aos preconceitos de gênero e sexualidade existentes em nossa sociedade.

Em uma pesquisa sobre a existência de disciplinas com temas concernentes a gênero sexualidade e diferença presentes nos projetos pedagógicos de sete cursos de graduação em Psicologia nas Universidades Públicas do Estado de Minas Gerais, Lopes (2023) constatou que, seis possuem disciplinas relacionadas a esse conteúdo, quatro disponibilizaram a disciplina nos últimos três semestres e duas não ofertaram. Em nenhum dos cursos a disciplina é obrigatória, mas optativa. Lopes destaca (2023, p. 42)

a necessidade de uma formação em Psicologia que abarque questões de sexualidade, gênero, diferença, uma vez que o silêncio e apagamento produzem exclusão, perpetuação de práticas violentas e disseminação de preconceitos e estigmas. Nesta direção, é preciso ensaiar formas curriculares que abarquem a compreensão das novas tonalidades da existência e que rompam criativamente com as lógicas que delimitam modos rígidos de expressão das subjetividades. Abrir espaço para reflexões sobre uma Psicologia crítica e engajada com transformações psicopolíticas, rumo à emancipação subjetiva e social, é responsabilidade de todas, todos e todes.

#### **4. Considerações Finais**

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo utilizar o filme “Com Amor, Simon” (Berlanti, 2018) para a discussão sobre a diversidade de gênero e sexualidade na escola, realizando um diálogo com os saberes da Psicologia Escolar e Educacional. O cinema configura-se como um importante aliado para a elaboração de novos e diferentes olhares, sentimentos e reflexões acerca de outros modos de ser e estar no mundo.

Espero que o presente trabalho possa servir como um importante passo para a desconstrução e para a elaboração de conhecimentos fundamentados na Psicologia Escolar e Educacional em uma vertente crítica, de modo a ser uma ferramenta para estimular reflexões, formar e possibilitar novas práticas voltadas à temática da sexualidade nesse campo.

A utilização de obras cinematográficas e artísticas é um importante recurso mediador para a realização de atividades na escola, seja com alunos(as)(es), educadoras(es), e toda a comunidade escolar de todas as redes de ensino, sejam elas públicas ou privadas, de modo dinâmico, acessível e trazendo uma importante contribuição à reflexão e à discussão sobre os mais variados temas. No presente caso, o terreno da sexualidade e questões de gênero, que ainda têm um longo caminho a ser percorrido em nossa sociedade.

Impossível desconsiderar o papel político, ético e social da/o psicóloga/o escolar e a necessidade de se olhar para as relações sociais que são constituídas na/pela instituição escolar. Deve-se valorizar relações de respeito, cooperação e solidariedade ao invés de medidas coercitivas de controle e punição, atentando para a laicidade da Psicologia juntamente com a luta pelos direitos humanos de forma independente das crenças e vivências individuais, buscando afirmar recorrentemente que a sexualidade é um saber necessário aos seres. Além disso, é imprescindível que qualquer prática seja orientada pelas normativas e orientações do Conselho Federal de Psicologia.

O exercício profissional da/o psicóloga/o não pode ser visto como desarticulado de uma realidade histórica e social. O papel dessa profissão perpassa ambientes jurídicos como respaldo de decisões, ambientes escolares como instrumento teórico-prático na formação de indivíduos e órgãos de assistência social como ferramenta de empoderamento de sujeito em situação de vulnerabilidade social e econômica. Uma posição "apolítica", quando se trata da ocupação desses e de demais espaços na realidade, torna-se uma opção inviável. Nesse sentido, a orientação e o posicionamento ativo da/o profissional contra a LGBTQIA+fobia e na busca por direitos civis é eticamente necessária e prevista no Código de Ética (CFP, 2005).

Ademais, é necessário reiterar a necessidade e a importância da formação inicial e continuada de psicólogas/os/es no que se refere à temática discutida neste trabalho, juntamente com investimentos governamentais para a formação de educadores/as, para que jovens como Simon não passem por situações de violência, na escola ou na sociedade de modo geral.



## 5. Referências

- Abreu, V. K. & Inácio Filho, G. (2014). A Educação Moral e Cívica - Doutrina, Disciplina e Prática educativa. In: *Revista Histedbr On-line*. Campinas. (24), 125-134. [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/24/art11\\_24.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/24/art11_24.pdf).
- Albertalli, B. (2015). *Simon vs. A Agenda Homo Sapiens*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Aragusuku, H. A., & Lee, H. O. (2015). A psicologia brasileira e as políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia. *Revista Gestão e Políticas Públicas*, 5(1), 131-154. <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/13539/9261>.
- Barbosa, D. R., & Souza, M. P. R. de. (2012). Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. *Psicologia Escolar e Educacional*, 16(1), 163-173. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000100018>.
- Beraldo, F. N. M. (2003). Sexualidade e escola: espaço de intervenção. *Psicologia Escolar e Educacional*, 7(1), 103-104. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572003000100012>.
- Berlanti, G. (Diretor). (2018). *Com Amor, Simon* [Filme]. Estados Unidos: Fox 2000 Pictures; Temple Hill Productions.
- Bortolini, A. (2008). *Diversidade Sexual na Escola*. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ.
- Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nºs 1/1992 a 128/2022, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/1994*. Brasília: Edições Câmara.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a lei de diretrizes e bases da educação nacional. In I. Brzezinski (Org.), *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam* (pp. 246-266). São Paulo: Cortez.
- Brasil. (2004). *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2010). *Projeto de Lei nº 8.035/2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020*. Brasília: 2010. Recuperado de: [http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=363;pne&catid=100:mais-noticias](http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=363;pne&catid=100:mais-noticias).
- Camargo, A, M. F., & Ribeiro, C. (1999). *Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal*. São Paulo: Moderna; Campinas: Unicamp.
- Carrara, S. (2015). Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, 21(2), 323-345. <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>.

- Cassiavilani, T. P. & Albrecht, M. P. S. (2023). Educação sexual: Uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. *Educação Em Revista*, 39, 1-23. <https://doi.org/10.1590/0102-469839794>
- Conselho Federal de Psicologia (2017). Histórico: Resolução 01/99 – Psicologia e práticas homossexuais. Recuperado em 10 de janeiro de 2024, de <https://site.cfp.org.br/resolucao-01-99/historico/>
- Conselho Federal de Psicologia (2023). Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+. Brasília: Conselho Federal de Psicologia [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT\\_LGBT\\_crepop\\_Web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Coutinho, G. M., Bittencourt, L., & Larrat, S. (Eds.), (2022). *Do luto à luta: violência contra defensores de direitos humanos LGBTI em 2021*. Brasília: ABGLT.
- Dinis, N., & Asinelli-Luz, A. (2007). Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. *Educar em Revista*, 1(30), 77-87. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602007000200006>.
- Duarte, R. (2002). *Cinema & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Firbida, F. B. G., & Vasconcelos, M. S. (2018). O desenvolvimento histórico da psicologia crítica no Brasil. *Psicologia em Estudo*, 23, 1-13. <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/40300/pdf>.
- Furlanetto, M. F., Marin, A. H., & Gonçalves, T. R. (2019). Acesso e qualidade da informação recebida sobre sexo e sexualidade na perspectiva adolescente. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(3), 644-664. Recuperado em 13 de fevereiro de 2024, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n3/v19n3a06.pdf>.
- Junqueira, R. D. (2012). Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, 1(1), 1-22. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>.
- Lane, S. T. M. (1984). A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In S. T. M. Lane; & W. Codo (Eds.), *Psicologia social: O homem em movimento* (pp. 10-19). Brasiliense.
- Lima, A. M. (2019). Gênero, diversidade sexual e psicologia: reflexões sobre a formação dos(as) psicólogas(os). In D. Ferrão; L. H. Carvalho; & T. Coacci. (Eds.), *Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo* (pp. 17-34). Belo Horizonte: CRP04.

- Lopes, J. K. (2023). *Sexualidade, gênero e diferença: uma lacuna na formação em Psicologia*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- Louro, G. L. (Org.). (2000). *O Corpo Educado: Pedagogia da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Masanera, A. R., & Silva, L. C. (2000). A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. *Psicologia em Estudo*, 5(1), 115-137. <https://www.scielo.br/j/pe/a/VSY9ddmBqr4ZmNXgDJr6j9g/>.
- Marinho-Araújo, C. M., & Almeida, S. F. C. (2005). *Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional*. Campinas: Alínea.
- Meira, M. E. M. (2000). Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. In E. R. Tanamachi; M. L. Rocha; & M. R. Proença (Eds.), *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos* (pp. 35-72). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Negreiros, F., Pereira, N. A. A., & Araujo, M. G. N. (2023). Contribuições e possibilidades da atuação em Psicologia Escolar Crítica diante da população LGBTQIA+. In F. Negreiros, & R. Alexandrino. (Eds.). *Contribuições e possibilidades da atuação em Psicologia Escolar Crítica diante da população LGBTQIA+*, Campinas: Alínea.
- Nery, I. S., Feitosa, J. J. de M., Sousa, Á. F. L., & Fernandes, A. C. N. (2015). Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. *Acta Paulista De Enfermagem*, 28(3), 287–292. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201500048>
- Pfromm Netto, S. (1996). As Origens e o desenvolvimento da Psicologia Escolar. In S. M. Wechsler, (Ed.), *Psicologia Escolar: Pesquisa, Formação e Prática*. Campinas: Ed. Alínea.
- Prates, E. (2015). *Os encontros de psicólogos da área de educação (1980-1982): Um projeto de psicologia escolar e educacional em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação (Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Reis, T., & Harrad, D. (Orgs.). (2017). *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016: As Experiências de Adolescentes e Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Nossos Ambientes Educacionais*. Curitiba: ABGLT; Secretaria de Educação.
- Resolução n. 8, de 17 de maio de 2022. (18 maio 2022). Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não

- monossexuais. Diário Oficial da União.  
<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-CFP-008-2022-05-17.pdf>.
- Ribeiro, F. S., & Cruz, F. M. L. (2016). Crianças, contextos de escolas e suas representações sociais de família. *Psicologia da Educação*, (43), 81-90. <https://dx.doi.org/10.5935/2175-3520.20160008>.
- Ribeiro, J. Q. (2021). *A onda neoconservadora e a "ideologia de gênero" – posicionamentos e enfrentamentos da Psicologia*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.
- Santana, E. (2016, 10 de agosto). *Dados sobre a violência contra estudantes LGBT são apresentados em audiência pública na Assembleia*. Assembleia Legislativa do Paraná. <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/dados-sobre-a-violencia-contras-estudantes-lgbt-sao-apresentados-em-audiencia-publica-na-assembleia>.
- Santeiro, T. V. (2013). Cinema e realidades na formação em Psicologia Clínica: Proposições teóricas. In T. V. Santeiro; & D. R. Barbosa (Eds.), *A vida não é filme? Reflexões sobre Psicologia e Cinema* (pp. 175-202). Uberlândia: EDUFU.
- Santeiro, T. V., & Barbosa, D. R. (Ed.). (2023). *O que os filmes contam de nós? Desenvolvimento Humano e Cinema em diálogo*. Uberaba: EDUFTM.
- Saviani, D. (2003). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas: Autores Associados.
- Silva, G. M., & Raser, E. F. (2016). Sexualidade? Presente! Sexo, gênero e orientação sexual na escola. In C. S. Souza; L. G. A. Nunes; & K. A. Souza. (Orgs.). *Temas em Psicologia na Educação Básica* (pp. 95-115). Uberlândia: UFU/ESEBA.
- Silva, L. A., & Souza, E. M. F. (2017). A epistemologia do barraco: uma breve história do movimento LGBTI em geral. *Revista Inter-Legere*, 1(21), 106-121. <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2017v1n21ID13539>.
- Silva, R. C. (2002). *Orientação sexual: possibilidade de mudança na escola*. Campinas: Mercado de Letras.
- Trevisan, J. S. (2018). *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil da colônia a atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Vigotskii, L. S. (1988). Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: Vigotskii, L. S.; Luria, A. R.; Leontiev, A. N. (Eds.), *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* (pp. 103-117). Tradução M. P. Villalobos. São Paulo: Ícone.